

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ002083/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 04/09/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR039827/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 19955.200148/2023-96
DATA DO PROTOCOLO: 01/09/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO E EM EDIFICIOS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ (SEEACEC), CNPJ n. 31.505.878/0001-02, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EZEQUIEL SANTOS DA SILVA;

E

PORTLIMP COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ n. 04.546.653/0001-21, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). VAGNER XAVIER ALVES;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de março de 2023 a 29 de fevereiro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação**, com abrangência territorial em **Campos dos Goytacazes/RJ, Itaperuna/RJ, Macaé/RJ, Quissamã/RJ, São Fidélis/RJ, São Francisco de Itabapoana/RJ e São João da Barra/RJ**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

O piso salarial da categoria profissional dos **EMPREGADOS da EMPRESA PORTLIMP COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ n. 04.546.653/0001-21 representados por este sindicato laboral**, a partir de 1º de março de 2023, será no valor de R\$ 1.516,00 (um mil e quinhentos e dezesseis reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo terão os salários que se seguem:

Funções	Reajuste 6,01%	Ad.Insalubridade /periculosidade
- SERVENTE DE LIMPEZA	R\$ 1.516,00	
- LIMPADOR	R\$ 1.516,00	
- COPEIRA	R\$ 1.516,00	

- FAXINEIRA	R\$	1.516,00	
- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$	1.516,00	
- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$	1.516,00	
- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$	1.516,00	
- AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$	1.516,00	
- MONTADOR/ REMANEJADOR	R\$	1.516,00	
- ARRECADADOR	R\$	1.516,00	
- LIMPADOR DE VIDRO	R\$	1.516,00	Periculosidade
- LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$	1.516,00	
- AUXILIAR DE LAVANDERIA HOSPITALAR	R\$	1.516,00	Insalubridade
- LAVADOR DE ROUPA HOSPITALAR	R\$	1.516,00	Insalubridade
- LAVADOR DE ROUPA INDUSTRIAL	R\$	1.516,00	
- COVEIRO	R\$	1.516,00	Insalubridade
- AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR	R\$	1.516,00	
- MERENDEIRA	R\$	1.516,00	
- CONDUTOR DE VEÍCULOS	R\$	1.682,79	
- AUXILIAR DE LIMPEZA PREDIAL	R\$	1.723,65	
- DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$	1.728,62	
- DEDETIZADOR COM MOTO	R\$	1.802,56	
- CONTROLADOR DE PRAGAS E VETORES	R\$	1.729,88	
- ENCARREGADO	R\$	1.893,27	
- ENCARREGADO DE CARGA PESADA	R\$	1.893,27	
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$	2.522,65	
- CALAFATE	R\$	2.462,51	
- SUPERVISOR	R\$	3.869,94	
- CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$	1.516,00	
- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$	1.516,00	
- OPERADOR DE COPIADORA	R\$	1.516,00	
- GARAGISTA	R\$	1.518,93	
- MANOBRISTA	R\$	1.609,84	
- AUXILIAR DE COZINHA	R\$	1.532,72	
- AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	R\$	1.532,72	
- OPERADOR DE LAVANDERIA	R\$	1.532,72	
- LIDER DE TURMA	R\$	1.544,64	
- OPERADOR DE MOTOSERRA	R\$	1.549,72	Periculosidade
- CAMAREIRA	R\$	1.549,72	
- AUXILIAR DE MONITORAMENTO	R\$	1.548,17	
- ASCENSORISTA/CABINEIRO	R\$	1.624,08	
- MANUTENÇÃO DE PISCINA	R\$	1.551,38	Insalubridade
- MEIO OFICIAL DE PEDREIRO	R\$	1.579,94	
- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$	1.609,84	Periculosidade
- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$	1.609,84	Periculosidade
- OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$	1.963,26	
- OPERADOR DE MÁQ. LIMPEZA TRIPULADA	R\$	1.770,82	
- AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$	1.609,84	

- RECEPCIONISTA	R\$	1.609,84	
- TRICICLISTA	R\$	1.578,54	
- AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$	1.609,84	
- AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$	1.609,84	
- INSTALADOR DE ALARME/CFTV	R\$	1.656,42	
- PORTEIRO/VIGIA/ZELADOR	R\$	1.679,77	
- CONTROLADOR DE ACESSO	R\$	1.679,77	
- MONITOR DE PORTARIA	R\$	1.679,77	
- GUARDIÃO DE PISCINA	R\$	1.732,14	
- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$	1.859,80	
- AUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$	1.859,80	
- AGENTE ADMINISTRATIVO	R\$	1.871,65	
- FISCAL DE LOJA	R\$	1.985,71	
- COZINHEIRA	R\$	2.059,88	
- TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	R\$	2.093,21	
- GARÇOM	R\$	2.159,76	
- ALMOXARIFE	R\$	2.159,76	
- SECRETÁRIA	R\$	2.164,69	
- ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$	2.169,58	
- CHEFE DE COZINHA	R\$	2.247,18	
- DIGITADOR	R\$	2.169,58	
- JARDINEIRO	R\$	2.479,74	
- RECEPCIONISTA PLENO BILINGUE	R\$	2.591,52	
- SUPERVISOR DE JARDINAGEM	R\$	2.808,96	
- CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$	2.951,89	
- ENCARREGADO DE JARDINEIRO	R\$	3.099,72	
- RECEPCIONISTA SENIOR TRILINGUE	R\$	3.126,64	
- ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS	R\$	3.558,00	
- SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA	R\$	2.839,57	
- AUXILIAR DE RH	R\$	1.859,81	
- INSTRUTOR	R\$	1.859,81	
- ALPINISTA PREDIAL	R\$	2.427,83	Periculosidade
- ALPINISTA INDUSTRIAL	R\$	2.709,32	Periculosidade
- INSPETOR DE SERVIÇOS	R\$	2.249,32	
- LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL	R\$	1.931,52	Periculosidade
- MAQUEIRO	R\$	1.516,00	
- TRAMITADOR DE DOCUMENTOS	R\$	1.516,00	
- VIGIA TERCEIRIZADO COM MOTO	R\$	1.679,77	
- APOIO AO TRÂNSITO (TERCEIRIZADO)	R\$	1.679,77	
- OPERADOR DE ACESSO COM COMPUTADOR	R\$	1.685,56	
- OPERADOR EM RADIO/TELEATENDIMENTO	R\$	1.609,84	
- AUXILIAR DE LIMPEZA DE BUEIROS	R\$	1.516,00	
- PEGADOR DE ANIMAIS (TERCEIRIZADO)	R\$	1.516,00	
- COBRADOR (TERCEIRIZADO)	R\$	1.516,00	
- TRATORISTA (TERCEIRIZADO)	R\$	1.702,40	

- BORRACHEIRO (TERCEIRIZADO)	R\$	1.516,00
- ELETRECISTA DE AUTO (TERCEIRIZADO)	R\$	1.516,00
- MOTORISTA CATEGORIA D (TERCEIRIZADO)	R\$	2.466,83
- MECANICO DE AUTO (TERCEIRIZADO)	R\$	1.749,05

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de março de 2023.

PARÁGRAFO SEGUNDO: REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL DA CATEGORIA: 6,34% (seis, vírgula trinta e quatro por cento)

O Dispêndio Financeiro da presente convenção coletiva de trabalho de 2023 é no percentual de 6,34% (seis, vírgula trinta e quatro por cento), válido para o período compreendido de 1º de março de 2023 à 29 de fevereiro de 2024, conforme rubricas trabalhistas a seguir exemplificadas:

CLÁUSULAS	CCT / 2022	CCT / 2023	VARIAÇÃO FINANCEIRA
Cláusula 3ª (Piso salarial da Categoria)	R\$ 1.430,00	R\$ 1.516,00	6,01%
Cláusula 22ª (auxílio Alimentação*)	R\$ 483,00	R\$ 517,50	7,14%
*(Considerando-se em média 23 dias úteis/mês)			
Cláusula 28ª (Benefício Social Familiar)	R\$ 17,00	R\$ 19,00	11,76%
TOTAL	R\$ 1.930,00	R\$ 2.052,50	6,34%

PARÁGRAFO TERCEIRO: Todos os empregados que já percebam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 6,01% (seis, vírgula zero um por cento), a partir de Março/2023, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima, observando-se o parágrafo sexto da presente cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO: O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,5m (dois metros e meio).

PARÁGRAFO QUINTO: Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais.

PARÁGRAFO SEXTO: Para os empregados que prestam serviços à empresa representada pelas partes convenientes, e que percebam salários superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando, no mínimo, um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o percentual de reajuste do piso da categoria, vigente a partir de 1º de Março de 2023.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Considera-se "Recepcionista Pleno", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços bilingue.

PARÁGRAFO OITAVO: Considera-se "Recepcionista Senior", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços trilingue.

PARÁGRAFO NONO: Considera-se "Vigia com Moto", inclusive, para fins dessa cláusula, o empregado habilitado para condução de motocicletas e que preste serviços com a utilização de motocicleta no próprio posto de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso a utilização da motocicleta inclua atividades fora do posto de trabalho, porém em locais privados, e de forma eventual e por tempo extremamente reduzido, o Vigia com Moto receberá um aditivo remuneratório de 10% sobre o seu piso, sendo que a respectiva diferença remuneratória deverá ser paga a título de indenização no contracheque correspondente ao mês em que o empregado exerceu as atividades descritas no presente parágrafo.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: ARRECADADOR – QUEBRA DE CAIXA: A empresa concederá mensalmente uma quebra de caixa aos empregados que trabalham na função de arrecadador, no valor equivalente a R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de quebra de caixa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: O reembolso previsto no parágrafo anterior somente será pago ao empregado arrecadador quando o mesmo estiver em efetivo exercício, para cobertura de toda e qualquer falta na arrecadação apurada, sendo que, em não havendo falta, o valor se torna um ganho adicional ao arrecadador. No entanto, quando identificado faltante de caixa, o arrecadador arcará, mediante desconto em folha de pagamento, com o valor total faltante no mês imediatamente posterior.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O operador de roçadeira elétrica não fará jus ao adicional de periculosidade, excetuando a existência de laudo pericial contrário.

CLÁUSULA QUARTA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA – LEI Nº 13467/17

As partes convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - DATA DO PAGAMENTO

A empresa poderá efetuar o pagamento dos salários de seus empregados até às 16:00 horas do dia 10 do mês subsequente ao vencido. Se essa data limite for ultrapassada, incidirá o índice da correção monetária do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: DIFERENÇA SALARIAL: Os valores retroativos ref. ao piso salarial serão pagos na folha de pagamento de setembro/2023 e as demais cláusulas após o registro deste.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente o sábado não será considerado dia útil.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

13º SALÁRIO

CLÁUSULA SEXTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 02 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a ser efetuada impreterivelmente até o dia 20/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: A empresa poderá, ainda, pagar o 13º salário em 4 parcelas mensais (setembro/2023, outubro/2023, novembro/2023 e dezembro/2023) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de dezembro.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL DE HORA EXTRA

Na prestação de serviços extraordinários em dias úteis, as horas extras serão calculadas dividindo-se a remuneração por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescido do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal calculada pelo Piso Salarial.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento incidente sobre o salário base do empregado).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 60 minutos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas que ultrapassarem o período compreendido entre as 22:00 horas e 5:00 horas, **NÃO** serão remuneradas com o adicional noturno previsto no caput.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA NONA - INSALUBRIDADE

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, desde que o laudo do SESMET da empresa prestadora de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:

- a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;
- b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.
- c) O adicional de insalubridade previstos nas letras “a” e “b” do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério

do Trabalho e Emprego, podendo o mesmo ser acompanhado de um profissional indicado pelo Sindicato Laboral conveniente.

PÁRAGRAFO ÚNICO: Não fará jus ao adicional de insalubridade o manuseio de produtos de limpeza predial, acondicionamento e transporte em lugar específico de sacos de lixo e lixeiras, eis que são atividades inerentes à função.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - PERICULOSIDADE

A empresa fica obrigada ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: O adicional de Periculosidade somente se incorporará ao salário, e será devido enquanto o empregado estiver exercendo a função que demande esse adicional.

PRÊMIOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRÊMIOS

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, bem como aquelas previstas nos parágrafos seguintes, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio- alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

PARÁGRAFO TERCEIRO - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO

Ficam facultada a empresa a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos, empréstimos consignados de instituições financeiras.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXILIO ALIMENTAÇÃO

A empresa fica obrigada a manter auxílio alimentação ou refeição no **valor de R\$ 20,000 (vinte reais)**, por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês, **para os colaboradores que prestam serviços exclusivamente para condomínios, igrejas, entidades sem fins lucrativos e/ou beneficentes de assistência social**, comprovado através de seus respectivos Estatutos sem prejuízo do valor a maior recebido pelos empregados nos demais tomadores de serviço, sendo respeitado o valor do auxílio alimentação constante na Convenção Coletiva de Trabalho registrada sob o nº.:

RJ001132/2023 em 31/05/2023, sendo vedado o fornecimento de “marmitex” ou quentinhas pelo empregador. Ficando bem claro que tal benefício só poderá ser pago em ticket e se deve ao fato da representatividade do sindicato junto a categoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula. Já os **empregados contratados APÓS o registro do presente ACT** que trabalharem **mais de quatro e até seis horas por dia**, receberão o auxílio alimentação proporcionalmente às horas trabalhadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, a empresa terá o direito de descontar dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços, ficando a Empresa facultada a fornecer uma ajuda de custo no valor mínimo de R\$ 118,00 (Cento e Dezoito Reais), a partir do registro do presente acordo, devendo tal valor ser repassado aos contratos em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica facultado à empresa a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade da empresa, assim como o pagamento em pecúnia no contracheque, desde que autorizados pelos colaboradores.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica facultada à empresa, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017, obedecendo a redução em igual tempo no término da jornada.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A empresa poderá efetuar o pagamento do auxílio-alimentação em dinheiro no contracheque do trabalhador, sem constituir qualquer natureza salarial, não incidindo sobre ele reflexos ou encargos trabalhistas e previdenciários.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

PARÁGRAFO OITAVO: A empresa poderá efetuar o pagamento do Vale-Transporte em dinheiro no contracheque do trabalhador sem constituir qualquer natureza salarial, não incidindo sobre ele reflexos ou encargos trabalhistas e previdenciários.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO TRANSPORTE

A empresa fica obrigada a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive e por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando do lançamento dos créditos pela empresa, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado à empresa realizar apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO: O desconto legal do complemento do vale-transporte, conforme previsto no parágrafo terceiro, da presente cláusula, será limitado ao valor creditado.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

PARÁGRAFO OITAVO: A empresa poderá efetuar o pagamento do Vale-Transporte em dinheiro no contracheque do trabalhador sem constituir qualquer natureza salarial, não incidindo sobre ele reflexos ou encargos trabalhistas e previdenciários.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PLANO ODONTOLÓGICO

A empresa compromete-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 10,98 (dez reais e noventa e oito centavos), por empregado, a partir de 01 de março de 2023, conforme determinado na Assembleia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Odontológica. O empregado que quiser se opor ao desconto deverá comparecer a sede do sindicato em até 30 (trinta) dias e solicitar sua exclusão do programa odontológico por escrito, tendo de volta o valor descontado do mês da sua inclusão ao plano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que queiram incluir os seus dependentes, deverão comunicar por escrito a seu empregador, o valor de cada dependente será de R\$ 10,98 (Dez Reais e Noventa e Oito) que deverá ser pago integralmente pelo empregado, por intermédio do desconto em folha de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A mensalidade a ser paga para Plano Odontológico não poderá ultrapassar o valor de R\$ 10,98 (dez reais e noventa e oito centavos) por empregado ou dependente indicado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Entidade Laboral contratou uma Operadora Odontológica autorizada pela ANS, e firmará um contrato coletivo por adesão, conforme Resolução Normativa da ANS Nº 195, ao qual deverão se vincular e aderir todas as empresas desta categoria profissional.

Obs.: A operadora ora contratada pela entidade laboral deverá ter como índice (IDSS) na ANS (agencia Nacional de saúde Suplementar) nota superior a 0,8(máx. 1).

PARÁGRAFO QUARTO: O Plano Odontológico deverá ter como parâmetro mínimo de cobertura, além do estabelecido pelo rol da ANS, um acréscimo de mais 90 (noventa) procedimentos odontológicos, para

assim ampliar a cobertura de atendimento, como também uma ampla rede credenciada NACIONAL com cobertura para todas as especialidades odontológicas.

PARÁGRAFO QUINTO: A empresa que já fornecia aos seus empregados o Plano Odontológico em data anterior a 01 de março de 2023, com contrato ainda em vigor, devem comprovar junto ao Sindicato laboral que estão cumprindo a presente cláusula obedecendo, contudo, as condições aqui pactuadas, inclusive no que tange ao limite do desconto do empregado.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica convencionado que o presente plano odontológico é de responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA FAMILIAR COPARTICIPATIVO

A empresa compromete-se a manter o desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$30,00 (trinta reais), por empregado, a partir de 01 de março de 2022, conforme determinado na Assembleia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do **PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA FAMILIAR COPARTICIPATIVO**, que consiste em prestar assistência à saúde aos funcionários e aos seus dependentes em primeiro grau declarados no ato do cadastro do plano de assistência médica familiar (cônjuge/companheiros e filhos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa descontará dos empregados associados devidamente cadastrados no Sindicato Laboral - **SEEACEC-RJ, APENAS 50%** desse valor, ou seja, **R\$15,00 (Quinze Reais)** por mês de cada empregado e todos os empregados assistidos pelo **PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA FAMILIAR COPARTICIPATIVO NÃO SOFRERÃO** o desconto de R\$ 12,00 (doze reais) referente a **CLÁUSULA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL NEGOCIAL LABORAL**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A todos empregados ficam assegurados a qualquer tempo o direito de Oposição ao referido desconto desta cláusula, enquanto vigor o presente Instrumento Normativo, que deverá ser manifestado por escrito em 03 vias com identificação e assinatura do opoente através de comparecimento pessoal ou por procurador que tenha poderes específicos para o exercício da oposição, na sede do Sindicato ou na Delegacia Sindical em Macaé, no dia e horário de funcionamento, por e-mail: contato@seeacec.org.br, adm@seeacec.org.br, ou mediante o envio de correspondência (carta de oposição individual) ao sindicato, com Aviso de Recebimento (AR), cabendo ao sindicato enviar a empresa por Ofício ou e-mail uma via da carta de oposição, para cancelar a partir daquela data o desconto na folha de pagamento mensal do empregado; sob pena de devolução do valor indevidamente descontado além de cobrança de multa por aquele que ciente da oposição, deixou de cumprir sua obrigação.

PARAGRAFO TERCEIRO: A empresa repassará ao Sindicato Laboral, até o quinto dia útil do mês subsequente ao desconto, mediante depósito no **Banco Itaú, Agência 0463 C/C 87127-7** ou através de boleto bancário emitido pelo sindicato; e dentro do prazo de 10 dias após o repasse, enviar à secretaria do Sindicato a cópia do recibo bancário acompanhado da relação ordenada com todos os empregados beneficiados pelo plano que sofreram o desconto, nela constando o nome e valor da contribuição para quitação do repasse.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, o Empregador pagará uma multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor total devido, podendo ainda, o Sindicato Laboral recorrer à via judicial.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência médica familiar coparticipativo é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente e caso a empresa não faça a adesão do empregado ao **Plano de Assistência Médica Familiar Coparticipativo** no ato da sua admissão, arcará com todas as despesas com os serviços de assistência médica e métodos complementares de diagnósticos, utilizados por seus funcionários enquanto não tiverem acesso a todos os serviços do **Plano de Assistência Médica Familiar Coparticipativo** contratado.

PARÁGRAFO SEXTO: O empregado afastado pelo INSS, por qualquer motivo, terá os mesmos direitos do trabalhador na ativa em relação ao Plano, desde que o titular faça o pagamento do **Plano de Assistência Médica Familiar Coparticipativo** no valor integral na sede do sindicato laboral.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Ao término do contrato de Trabalho, o trabalhador e seus dependentes ficam automaticamente desvinculados ao **Plano de Assistência Médica Familiar**, entretanto, caso queiram permanecer com o benefício, devem continuar a fazer o pagamento no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) diretamente na sede do sindicato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PRESERVAÇÃO DO BENEFÍCIO

Os benefícios oferecidos por força dos contratos de prestação de serviços terceirizados, com custeio integral ou parcial por parte da empresa contratante de serviços, como plano de saúde ou odontológico, poderão ser descontinuados em virtude de afastamento formal ou por transferência do empregado de seu antigo posto de serviço para um novo local, onde não haja as mesmas previsões contratuais de trabalho, passando o empregado a receber os benefícios convencionados, nos termos da legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os benefícios previstos na presente cláusula não geram obrigatoriedade para todos os empregados, mas tão somente àqueles vinculados aos contratos de prestação de serviços terceirizados que fizerem tal exigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso do plano de saúde ou odontológico, de forma a não haver razão de descontinuidade do atendimento ao empregado, a empresa manterá o pagamento pelos 60 dias que sucederem ao respectivo afastamento ou transferência previstos no caput, sendo que após o prazo assinalado de 60 dias, o plano de saúde ou odontológico correrá por conta e responsabilidade exclusiva do empregado, que será comunicado por escrito no ato de seu afastamento ou transferência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de demissão do empregado, o plano de saúde ou odontológico será imediatamente descontinuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE COBERTURA COVID

A empresa fica obrigada à contratação de Seguro de Vida em Grupo **com cobertura para COVID obrigatória**. Para cobertura de morte natural, ocorrida em serviço ou não, o Seguro de Vida será na proporção R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Para cobertura de morte acidental e invalidez permanente total ou parcial em serviço, o Seguro de Vida Acidental será na proporção de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Caso a empresa não cumpra as obrigações, arcarão com o ônus respectivo, e para o caso de invalidez parcial, a indenização obedecerá à proporcionalidade disposta na regra da Susep fixada na circular Susep nº 029 de 20.12.91, tendo por base de cálculo equivalente ao índice de 100% do mesmo valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), sendo aplicável ainda nos casos omissos, o disposto Resolução CNSP 05/84 Além de auxílio funeral em caso de morte ao limite de 2 (duas) vezes o valor da remuneração do mês anterior. O valor máximo da indenização total deverá respeitar o limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

PARAGRAFO SEGUNDO: Os benefícios oferecidos por força dos contratos de prestação de serviços terceirizados, com custeio integral ou parcial por parte da empresa contratante de serviços, como plano de saúde ou odontológico, poderão ser descontinuados em virtude de afastamento formal ou por transferência do empregado de seu antigo posto de serviço para um novo local, onde não haja as mesmas previsões contratuais de trabalho, passando o empregado a receber os benefícios convencionados, nos termos da legislação pertinente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os benefícios previstos na presente cláusula não geram obrigatoriedade para todos os empregados, mas tão somente àqueles vinculados aos contratos de prestação de serviços terceirizados que fizerem tal exigência.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso do plano de saúde ou odontológico, de forma a não haver razão de descontinuidade do atendimento ao empregado, a empresa manterá o pagamento pelos 60 dias que sucederem ao respectivo afastamento ou transferência previstos no caput, sendo que após o prazo assinalado de 60 dias, o plano de saúde ou odontológico correrá por conta e responsabilidade exclusiva do empregado, que será comunicado por escrito no ato de seu afastamento ou transferência.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos casos de demissão do empregado, o plano de saúde ou odontológico será descontinuado **após 30 (TRINTA) dias** de sua data de demissão.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RECONTRATAÇÃO SEM PERÍODO DE EXPERIÊNCIA

É vedado à empresa firmar contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de **90 dias** após a respectiva demissão

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RECONTRATAÇÃO

É lícito à empresa firmar novo contrato de trabalho em período superior a 30 dias após a sua demissão, desde que o piso salarial da nova contratação não seja inferior ao piso aplicado no contrato de trabalho anterior, assim como todos os benefícios garantidos anteriormente.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

A empresa obriga-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa n.º. 04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato **tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante da prestação de serviços)**.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AVISO PREVIO PROPORCIONAL AO TEMPO DE SERVIÇO

Fica convencionado que o Aviso Prévio para os contratos de trabalho com duração de até 01 (um ano), será indenizado em pecúnia a partir daí em 01 dia para cada ano de serviço prestado na mesma empresa, limitada a **90 dias**.

PARAGRAFO ÚNICO: Nos casos de rescisão consensual estabelecida pelo art. 484-A da CLT, o aviso prévio poderá ser trabalhado, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Contrato de Experiência poderá ser de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por até mais 02 (dois) períodos de 45 (quarenta) dias, desde que NÃO ULTRAPASSE 180 DIAS. Em caso de quebra do respectivo contrato, ficam, desde já, as partes desobrigadas do cumprimento do disposto nos artigos 479 e 480 da CLT.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATO DETERMINADO OU INDETERMINADO

Fica a empresa autorizada a utilizar a modalidade trabalho de contrato determinado e ou intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nesse ACT trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017, assim como respeitando todas as cláusulas de benefícios ao trabalhador do presente acordo coletivo.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DESVIO DE FUNÇÃO

O desvio de função será caracterizado quando o empregado exercer função diferente da que foi contratado por um período superior a 50% do seu turno de trabalho diariamente pelo prazo máximo de 90 dias durante o ano vigente, devendo prevalecer a remuneração à maior. Essa diferença de remuneração deverá ser paga a título de indenização no contracheque correspondente ao mês de competência em que o empregado exerceu função diferente da contratada.

TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - TRANSFERENCIA DO CONTRATO DE TRABALHO

Será permitida a transferência do contrato de trabalho do empregado para as empresas que pertencem ao mesmo grupo econômico, portanto, solidariamente responsáveis quanto à relação de emprego, desde que cumpridos alguns requisitos:

- a) expressa anuência do empregado;
- b) anotação na Carteira de Trabalho – CTPS, na página de anotações gerais;

- c) ausência de prejuízos, diretos ou indiretos, para o empregado;
- d) garantia da relação de emprego e de todos os direitos e benefícios trabalhistas que envolvem a relação;
- e) desde que o funcionário não esteja de aviso prévio trabalhado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - MUDANÇA DE LOCAL DE TRABALHO

A empresa fica obrigada a comunicar a seus empregados, com antecedência de 48h (quarenta e oito horas), as mudanças de horário e local de trabalho atinente a cada caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que estiver de aviso prévio poderá ser transferido dentro do mesmo município do local de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento ou serviço em que trabalhar o empregado. Neste caso específico, de forma a preservar o emprego, a empresa fica desobrigada do pagamento suplementar de 25% do salário.

ADAPTAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO A NOVA FUNÇÃO

A empresa poderá alterar o contrato de trabalho do empregado até o prazo de 6 (seis) meses da promoção de cargo, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o emprego, o mesmo será revertido ao cargo efetivo e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DIREITO DE GREVE

Considera-se legítimo o exercício de greve, com a suspensão coletiva temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação de serviços, quando o empregador ou a entidade patronal, correspondentes tiverem sido avisadas com 72 HORAS de antecedência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PROGRAMA DE GARANTIA DO EMPREGO

Objetivando a manutenção do emprego fica desde já acordado algumas medidas que a empresa poderá adotar devendo haver concordância e assinatura do trabalhador para ter efeito.

- a) Mudança salarial com remuneração menor que atual tendo como parâmetro o piso da função.
- b) Redução de até 50% da jornada de trabalho no computo final de horas trabalhadas mês com redução correspondente da remuneração e encargos até a recolocação do mesmo em um novo posto

restabelecendo as bases pactuadas, **desde que tal redução de jornada e salário não ultrapasse o período de 03 meses.**

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - GARANTIA DA GESTANTE/MÃE

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A empregada gestante não será transferida do setor, nem dispensada sem justa causa, desde o início da gestação, até o término da licença legal, salvo a pedido do cliente, nos casos de transferência.

PARAGRAFO SEGUNDO: A não comprovação da gravidez junto ao médico no ato do exame demissional, isenta à empresa de qualquer possibilidade de reintegração pretendida pelo empregado.

PARAGRAFO TERCEIRO: A estabilidade da gestante é de 120 dias após seu afastamento com base na Lei nº 9.799/99.

PARAGRAFO QUARTO: Fica acordado que a empresa viabilizará a concessão do gozo de férias vencidas, junto ao final da estabilidade garantida pela Lei nº 9.799/99.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - AFASTAMENTO DECORRENTES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento ou indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 48 horas após comunicação, sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os tramites legais de retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - COMPENSAÇÃO COM BANCO DE HORAS

Fica instituído o regime de compensação de horas de trabalho, denominado Banco de Horas iniciando em 1º de março de 2023 até 29 de fevereiro de 2024. Por esta razão, acordam as partes que o excesso de jornada de um dia de trabalho poderá ser compensado pela redução total ou parcial da jornada de trabalho em outro dia.

Nas áreas administrativas em geral, trabalha-se 8 (oito) horas e 48 (quarenta e oito) minutos de segunda a sexta para compensar o sábado.

Como o feriado pode coincidir com o sábado e havendo banco de horas, esta compensação não deve ser realizada, uma vez que dia de feriado é considerado repouso semanal remunerado e não precisa ser compensado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA QUANTIDADE E HORAS A COMPENSAR PARA CADA HORA ACUMULADA - Com relação a cada hora trabalhada e acumulada, dentro do BANCO DE HORAS, será equivalente a quantidade descrita a seguir na hora da compensação: De Segunda a Domingo, exceto a escala de folga, para cada 01h00 trabalhada será equivalente a 01h00 de folga, e vice-versa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - QUANTIDADE MÁXIMA DE HORAS PRESTADAS AO DIA- O limite máximo de horas a serem prestadas por dia, não poderão ser superior a 02(duas), totalizando 10(dez) horas diárias, pelo sistema de Banco de Horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DO PRAZO PARA A COMPENSAÇÃO DAS HORAS ACUMULADAS - O prazo para COMPENSAÇÃO DAS HORAS DE JORNADA ACUMULADAS **PODERÁ** ser a cada 01 (UM) ano, a contar da primeira hora incluída no Banco de Horas, podendo ser compensadas dentro do mesmo mês, sendo definida a data de COMPENSAÇÃO pela empresa, a fração, ou dependendo da data de contratação do empregado, e o período de compensação deverá ser zerado na data base da categoria, ou seja, até 01 de março de cada ano.

PARÁGRAFO QUARTO – DO ACOMPANHAMENTO DAS HORAS ACUMULADAS - Mensalmente será entregue ao empregado um EXTRATO INFORMATIVO, ou disponibilizar aplicativo para acompanhamento da quantidade de horas efetuadas no mês, inclusive as horas acumuladas.

PARÁGRAFO QUINTO - FALTA DE COMPENSAÇÃO NO PRAZO ESTIPULADO E NA RESCISÃO CONTRATUAL - Caso haja uma ruptura do contrato de trabalho antes do término deste acordo, o saldo positivo a favor da empresa (ou seja, horas que o Empregado deve aa empresa) será assumido pela empresa, exceto quando a ruptura do contrato de trabalho se der por motivo de justa causa ou por pedido de demissão, hipóteses em que ensejará o desconto das horas no acerto das verbas rescisórias do Empregado. Se o saldo positivo for a favor do EMPREGADO (ou seja, horas que a empresa deve ao Empregado), as horas serão calculadas sobre o salário do mês da ruptura do contrato de trabalho e devidamente pagas com os acréscimos legais no termo de rescisão, exceto se o se a ruptura ocorrer por motivo de justa causa.

A não compensação das horas acumuladas, dentro do prazo estipulado no Parágrafo Terceiro, ou em casos de Rescisão Contratual, serão pagas aos funcionários com o acréscimo legal, de acordo com os percentuais citados em **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, que não poderá ser inferior a 50 % da hora normal, conforme prevê artigo 6º, § 3º da [Lei 9.601/1998](#).

PARÁGRAFO SEXTO – TRABALHO EM REGIME DE TEMPO PARCIAL - Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras, nem anuir a Banco de Horas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação, caso seja suprimido 30 minutos, o mesmo terá seu horário de saída reduzido em igual proporção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas que ultrapassarem o período compreendido entre 22:00h à 05:00h. não serão remuneradas com 20%.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessário a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho sendo permitida a compensação por igual período, assinalando apenas o computo do total das horas do mês.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: Os trabalhadores sujeitos ao revezamento, ficam obrigados a marcar a sua frequência unicamente no início e término do expediente.

PARÁGRAFO SÉTIMO: São consideradas variações dessa mesma escala com a mesma carga horária e as mesmas regras inclusive aquelas constantes do parágrafo oitavo desta cláusula:

- Escala de Serviço 1x3, regime de revezamento durante 24 horas, folgando 72 horas subsequentes com turno de vinte quatro horas;
- Escala de Serviço 2x2, regime de revezamento durante dois dias consecutivos de trabalho, folgando nos dois dias subsequentes com turnos de doze horas;
- Escala de Serviço 3x3, regime de revezamento durante três dias consecutivos de trabalho, folgando nos três dias subsequentes com turnos de doze horas;
- Escala de Serviço 4x4, regime de revezamento durante quatro dias consecutivos de trabalho, folgando nos quatro dias subsequentes com turnos de doze horas.

PARÁGRAFO OITAVO: Fica convencionado a utilização dos seguintes regimes de compensação que totalizem 44 horas normais, para os funcionários em jornada.

- a) Seis dias de 6 (seis) horas e 24 minutos, um dia de folga;
- b) Cinco dias de 8 (oito) horas e 48 minutos e 2 (dois) dias de folga;
- c) Cinco dias de 8 (oito) horas, um dia de 4 horas e um dia de folga;
- d) Quatro dias de 11 (onze) horas e 03 (três) dias de folga em dias úteis.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos termos do Art.7º, inciso XIII, da Constituição Federal e decisão nas reuniões do Sindicato Laboral e Patronal, a jornada dos trabalhadores da categoria que trabalham na

escala 12 x 36, será fixada, no mínimo, em 180 horas mensais e no máximo 192 horas mensais, já incluso o descanso semanal remunerado, sendo somente consideradas como extras todas as horas que ultrapassarem esse total no computo final, resultado da soma de todas as semanas e dias efetivamente trabalhados, no período compreendido para apuração do mês, com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre as horas excedentes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTROLE DE JORNADA-SISTEMAS ALTERNATIVOS

A empresa poderá adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, seja por meio manual, mecânico, eletrônico, biometria ou qualquer outro que possa aferir o respectivo controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São considerados válidos, para os fins de direito, todos os tipos de controles de pontos, inclusive, aqueles com registro invariável de jornada de trabalho (ponto britânico) e registro de marcação por exceção. A marcação ilegível, bem como a não marcação de horários de entrada/saída de intervalo intrajornada e de entrada /saída da jornada do trabalho, serão considerados como horário de trabalho pactuado no contrato de trabalho do empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica acordado que, objetivando a agilidade na expedição, envio, guarda e arquivo de documentos, a empresa disponibilizará para seus funcionários sistema de cadastro com até 3 tipos de assinatura, sendo uma física, uma digital (adquirida com equipamentos compatíveis com DETRAN e PF) e uma terceira (adquirida via dispositivo móvel). Fica autorizado, ainda, a utilização da biometria. Todas as assinaturas mencionadas possuirão o mesmo valor legal perante a justiça e a todos os órgãos fiscalizadores.

FÉRIAS E LICENÇAS

DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS

A empresa poderá comunicar por escrito ou verbalmente, com até 10 dias de antecedência ao empregado, o período de gozo de férias, apenas anexando o comprovante de depósito para comprovar o pagamento desta dentro do prazo dispensada à assinatura do respectivo recibo e comunicação desde que disponibilizando o recibo impresso ou via portal (meios eletrônicos: Whatzapp e outros).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa fica obrigada a efetuar o pagamento das férias até o dia do respectivo início do gozo. Caso não cumpra o prazo estipulado, pagará multa de 2% (dois por cento) ao mês, obedecendo se a legislação em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO: De acordo com a legislação, a empresa poderá optar por acordo com trabalhador o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregador **poderá converter até 30 dias do total de férias** a que tem direito o trabalhador, **desde que devidamente requerido pelo empregado** através do requerimento de conversão de férias em abono pecuniário. **Essa medida assegura que a conversão ocorra tão somente por iniciativa e por vontade do empregado, e não por imposição do empregador, tornando ilegal a concessão de abono pecuniário sem o requerimento do empregado.** O empregador pode aceitar ou não a conversão de férias em abono, **devendo comunicar ao empregado em até 72 horas após o seu pedido.**

PARÁGRAFO QUARTO: Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias, desde que não justificados.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - UNIFORMES

A empresa fornecerá gratuitamente 02 (dois) uniformes por ano a seus trabalhadores, quando obrigatório o seu uso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os uniformes e EPI's, tais como botas, luvas, aventais, guarda-pós ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência, deverão ser restituídas no estado de uso em que se encontrarem ao ensejo da extinção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão

contratual ou substituição do uniforme cedido. Tal previsão deverá constar do contrato de trabalho do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: A utilização do uniforme será **restrita ao local de trabalho, podendo ser utilizado no seu trajeto de ida e volta ao trabalho.**

PARÁGRAFO QUINTO: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas são de uso comum.

RELAÇÕES SINDICAIS

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MENSALIDADE SINDICAL LABORAL

A empresa deverá descontar mensalmente em folha a mensalidade dos associados no percentual de 2% (dois por cento) sobre o piso salarial da **CATEGORIA DE SERVENTE**, ou seja **R\$ 30,30 (TRINTA REAIS E TRINTA CENTAVOS)** desde que autorizado através de proposta firmada por escrito e repassá-las ao Sindicato Laboral da categoria, até dez dias após o desconto, devendo o respectivo Sindicato apresentar à empresa, em tempo hábil, a relação dos seus associados. Após a sindicalização os colaboradores **NÃO SOFRERÃO** mais o desconto de R\$ 12,00 (doze reais) referente à **CLÁUSULA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL NEGOCIAL LABORAL**. O atraso no repasse desta mensalidade, incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL NEGOCIAL LABORAL

Os empregados da empresa acordante representados pelo SEEACEC e abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, na Assembleia Geral Extraordinária dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do processo TST-PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram o desconto da Contribuição Social Colaborativa Laboral com o requisito do direito de oposição, bem como o disposto na nota técnica nº.1 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018, pagarão para o Sindicato Laboral o valor de **R\$ 12,00 (DOZE REAIS) por mês**, a título de **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL NEGOCIAL LABORAL**- na forma deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia **30/01/2023**, e na reunião com os empregados da empresa **PORTLIMP COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ n. 04.546.653/0001-21** realizada no dia **07/06/2023**, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal, para custeio dos benefícios sociais oferecidos pela Entidade que será repassada ao Sindicato Laboral, até o quinto dia útil do mês subsequente ao desconto, mediante depósito do valor na Caixa Econômica Federal, Agência 0180 código 003 C/C 1347-6, PIX: 31.505.878/0001-02 ou através de boleto fornecido pelo sindicato, enquanto vigor o presente Acordo Coletivo; e dentro do prazo de 10 dias após o repasse, enviar à secretaria do Sindicato a cópia do recibo bancário acompanhado da relação ordenada de todos os empregados atingidos pela contribuição, nela constando o nome, função e valor da contribuição, conforme deliberado na Assembleia e na reunião. A quitação definitiva só ocorrerá mediante a apresentação da folha de pagamento que poderá ser enviada por e-mail ao sindicato. O aludido desconto será efetuado nas folhas de pagamento mensal, com base no caput do Art. 462, da CLT e art.8º, IV, CF.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, o Empregador pagará uma multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor total devido, podendo ainda, o Sindicato Laboral recorrer à via judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A todos empregados da categoria fica assegurado o direito de Oposição no prazo de 10 dias uteis a contar do registro do presente ACORDO, que deverá ser manifestado por escrito em 03 vias com identificação e assinatura do opoente através de comparecimento pessoal ou por procurador que tenha poderes específicos para o exercício da oposição, na sede do Sindicato ou na Delegacia Sindical em Macaé, no dia e horário de funcionamento, por e-mail: contato@seeacec.org.br, ou mediante o envio de correspondência (carta de oposição individual) ao sindicato, com Aviso de Recebimento (AR).

PARÁGRAFO TERCEIRO: A oposição para cancelamento terá eficácia a contar da data do recebimento da carta de oposição pelo sindicato, não cabendo ao sindicato o ressarcimento ou devolução do que foi anteriormente descontado e repassado ao sindicato pela empresa caso não seja manifestado por escrito a oposição ao desconto.

PARÁGRAFO QUARTO: Havendo oposição ao desconto na forma do parágrafo segundo, caberá ao sindicato enviar ao empregador por ofício ou e-mail uma via da carta de oposição, para cancelar a partir daquela data o desconto na folha de pagamento mensal do empregado; sob pena de devolução do valor indevidamente descontado além de cobrança de multa por aquele que ciente da oposição, deixou de cumprir sua obrigação.

PARÁGRAFO QUINTO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso da empresa, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEXTO: Esta cláusula passará a ter validade a partir do mês de **setembro de 2023**.

DISPOSIÇÕES GERAIS

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE ASSEIO VIGENTE

Os Acordantes revalidam o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 614 da CLT, determinando que este Acordo Coletivo entre em vigor 03 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO PRIMERO: As cláusulas mencionadas no escopo da **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO VIGENTE, RJ001132/2023** registrada em **31/05/2023**, que não constam no presente Acordo Coletivo de Trabalho; deverão ser respeitadas na sua íntegra.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As cláusulas econômicas do presente acordo coletivo serão prorrogadas por 3 (MESES) meses após o fim do prazo de validade deste instrumento coletivo. Caso **NÃO** haja a entabulação de novo acordo coletivo neste prazo, fica desde já acordado que a empresa deverá seguir todas as cláusulas econômicas da Convenção Coletiva Vigente, respeitando a data base (MARÇO) para o reajuste salarial, mesmo para aqueles que por ventura já tenham sido desligados da empresa.

EZEQUIEL SANTOS DA SILVA

PRESIDENTE

**O DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO E EM EDIFICIOS DE
DOS GOYTACAZES RJ (SEEACEC)**

VAGNER XAVIER ALVES

SÓCIO

PORTLIMP COMERCIO E SERVICOS LTDA